




Diálogos


ISSN 2177-2940



Manifesto dos Mineiros: uma releitura a partir de novas fontes¹

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v29i2.74625>


Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

 <https://orcid.org/0000-0002-0277-4478>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora-MG, BR

E-mail: claudiaviscardi.ufjf@gmail.com

Jordan Marcos Rocha

 <https://orcid.org/0009-0002-2080-3399>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora-MG, BR

E-mail: jordanmarcosrocha@gmail.com

Manifesto dos Mineiros: a reinterpretation based on new sources

Abstract: This article aims to analyze the Manifesto dos Mineiros through new sources from the Odilon Braga Archive, one of the main signatories of the document. The article includes a prosopographical survey of the members responsible for its drafting, as well as an analysis of the drafting process and the context in which it was involved, including the motivations and impacts on the crisis of the Estado Novo regime.

Key words: Manifesto dos Mineiros, Democracy, Liberalism, Authoritarianism, Estado Novo, Vargas Era.

Manifesto dos Mineiros: una nueva interpretación a partir de nuevas fuentes

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el Manifiesto de los Mineros mediante nuevas fuentes provenientes del Archivo Odilon Braga, uno de los principales firmantes del documento. En el artículo se llevó a cabo una recopilación prosopográfica de los miembros responsables de su redacción, así como un análisis del proceso de redacción y del contexto en el que estuvo involucrado, que incluye las motivaciones e impactos en el proceso de crisis del Estado Novo.

Palabras clave: Manifesto dos Mineiros, Democracia, Liberalismo, Autoritarismo, Estado Novo, Era Vargas.

Manifesto dos Mineiros: uma releitura a partir de novas fontes

Resumo: Esse artigo tem como objetivo analisar o Manifesto dos Mineiros por meio de novas fontes, provenientes do Arquivo Odilon Braga, um dos principais signatários do documento. No artigo foi realizado um levantamento prosopográfico dos membros responsáveis por sua redação, bem como uma análise do processo de redação e do contexto em que esteve envolvido, no qual se incluem as motivações e impactos no processo de crise do Estado Novo.

Palavras-chave: Manifesto dos Mineiros, Democracia, Liberalismo, Autoritarismo, Estado Novo, Era Vargas.

Recebido em: 13/11/2024

Aprovado em: 21/08/2025

¹ Esta pesquisa conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa Bolsa de produtividade em pesquisa.

Fruto de um trabalho coletivo e assinado por 92 pessoas, o Manifesto dos Mineiros, publicado em 24 de outubro de 1943, representou um importante marco na oposição direta ao Estado Novo, completando os seus mais de 80 anos. O principal alvo de sua oposição era o regime iniciado por um golpe de estado desferido em 10 de novembro de 1937, ou seja, pouco menos de seis anos antes do Manifesto. O conteúdo de suas páginas carrega uma contestação que apela “*ao espírito lícido e tranquilo*”, no qual “*as emoções perdem a incandescência*”, sendo, portanto, pensado como uma crítica construtiva ao regime². Seu tom foi alvo de discussões e até mesmo ironia por parte do governo, bem como por outros setores de oposição ao regime. O próprio Getúlio Vargas o definiu como “*tertúlia de literatos*” e “*conversa de leguleios em férias*” (Benevides, 2016). Contudo, em que pese seu estilo, o Manifesto foi um importante afronta argumentativa ao que vinha ocorrendo no país, não só pelo conteúdo de suas críticas, como pelo peso político de seus signatários.

Este artigo tem por fim analisar o processo de escrita do Manifesto dos Mineiros, em especial, de suas três versões, com base em documentação presente no fundo Odilon Braga, do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora.³ Ademais, pretende-se analisar sua autoria, por meio de um breve levantamento prosopográfico da equipe responsável por sua redação e, por fim, identificar suas principais motivações e impactos sobre o fim do regime varguista. Para além das fontes arquivísticas citadas, nos valem do relato memorialístico de parte de seus signatários⁴, bem como das fontes secundárias já produzidas sobre o tema.

Dessa forma, acreditamos que nossas principais contribuições para o debate sobre o tema,

² MANIFESTO. Versão final impressa do “Manifesto – ‘Ao Povo Mineiro’” (Código 01-09-0009), p.1. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga. O texto do Manifesto encontra-se disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm>. Acesso em 9 de ago. de 2024.

³ O fundo Odilon Braga foi criado no final da década de 1970, em um contexto de esforços do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para favorecer as atividades de pesquisa. Em especial, tanto o fundo de Odilon Braga, como outros dois fundos, presentes no Arquivo Histórico da UFJF, foram criados por meio da contribuição institucional da secretaria de Cultura do município. Desde então, poucos trabalhos desenvolvidos abrangem fontes diretas do fundo Odilon Braga.

⁴ Aqui nos referimos às obras: “Os insurretos de 43”, de Orlando Cavalcanti, e “Esse velho vento de aventura” de Paulo Pinheiro Chagas. O livro “Os insurretos de 43” teve sua primeira publicação ainda no contexto do Estado Novo, em 1945. A segunda edição, de 1978, utilizada aqui, é atravessada também pelo contexto da Ditadura Civil-Militar e ajudava a reabilitar o discurso liberal como antiautoritário, embora seja fundamental reconhecer que a ruptura democrática do golpe militar foi apoiada por importantes signatários do Manifesto dos Mineiros, como Afonso Arinos, Pedro Aleixo e Magalhães Pinto. O próprio modo como o prefácio, escrito por Vladimir Luz, se refere ao golpe civil-militar, como um movimento que foi se desviando de seus propósitos constitucionais, revela certa afinidade com a ruptura ocorrida, por parte de seu autor, décadas antes. Lacerda (2018:28) afirma que o relato de Orlando Cavalcanti tinha objetivos claramente eleitorais.

resultantes do acesso às fontes inéditas sejam duas. A primeira diz respeito aos caminhos trilhados para a produção do texto do Manifesto. Até então, tínhamos referências aos seus prováveis autores, sem que a participação de cada um fosse detalhada. Tivemos acesso, igualmente, às diferentes versões produzidas e como foram sendo alteradas até resultarem no documento final, delimitando-se, claramente, o grau de intervenção de cada autor no processo de produção do documento. A segunda contribuição se relaciona a um levantamento de caráter prosopográfico de cada um dos envolvidos, só possível de ser realizado após a identificação correta de suas autorias. Acreditamos que tais contribuições contribuam, de alguma forma, para a ampliação das pesquisas sobre o tema.

O contexto

Não pretendemos nessas breves linhas analisar todo o processo que deu origem ao advento e queda do Estado Novo, mas para compreender o envolvimento dos políticos mineiros na redação do Manifesto, torna-se importante destacar as suas participações ao longo do período. É fartamente conhecido o protagonismo das elites oligárquicas mineiras nos eventos que deram origem à Revolução de 1930.⁵ Boa parte de seus principais agentes veio a ocupar o primeiro escalão do regime que se sucedeu, entre eles, alguns dos autores do Manifesto de 1943, a exemplo de Gustavo Capanema e membros da família Mello Franco, como Afonso Arinos e Virgílio.

Conhecidos foram os embates travados entre os vários grupos políticos em disputa no período compreendido entre a Revolução de 30 e o Estado Novo, sobretudo em torno de alguns eventos políticos marcantes como a guerra civil paulista de 1932, a constituinte de 1934 e o levante comunista de 1935 (Vianna, 2003, Paldolfi, 2004, Motta, 2002, Gomes, 1978). Em todos esses eventos, Minas Gerais, apesar de algumas dissidências, esteve ao lado de Vargas, apoiando o Governo Provisório com o fim de manter as conquistas revolucionárias. Em que pese as divergências internas, os mineiros conseguiam relativo grau de autonomia nos anos iniciais do regime, sobretudo quando comparados a outros estados, que passaram por forte intervenção federal (Bomeny, 1980 Dulci, 1999).

No entanto, os mineiros não se encontravam tão unidos como antes. A Revolução impactou as relações internas do estado, rearranjando grupos e lideranças⁶. A fragilização do PRM, partido que se manteve relativamente hegemônico nas décadas anteriores, se deu por intervenção direta de Oswaldo Aranha e indireta de Vargas, por meio da criação da Legião Mineira, uma organização

⁵ Para uma abordagem mais recente sobre a participação dos mineiros na revolução de 1930, ver: Viscardi (2023) e Figueiredo (2017). Para abordagens mais gerais ver: Borges (2010) e Fonseca (2011).

⁶ Importante ressaltar que ao longo de todo o período da Primeira República, as elites mineiras mostraram divisões internas, em que pese o controle do PRM sobre o governo do estado. A este respeito ver Viscardi (2023) e Figueiredo (2017).

fascista, idealizada e liderada pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. A agremiação provocou uma cisão interna no estado, que o fragilizaria nacionalmente, não fossem os esforços dos mineiros em torno de uma conciliação interna. Tal acordo afastou os radicais e resultou na criação do Partido Progressista, como vetor de um novo pacto entre as elites montanhesas (Schwartzman et alii, 2000).

Desde a Revolução de 30, Minas Gerais esforçou-se em manter sua autonomia interna a partir da permanência de seu próprio governador, Olegário Maciel, diferentemente de outras unidades federadas, que tiveram seus dirigentes indicados pelo Governo Provisório. No entanto, as divisões internas que levaram à implosão do tradicional PRM permitiram que Vargas indicasse um interventor após a morte de Olegário, à revelia das candidaturas internas ao estado para ocupação do importante posto. Benedito Valadares, um deputado federal alheio às articulações majoritárias do estado, foi o escolhido por Vargas em 1933 como o interventor mineiro. Em seu diário, Vargas deixava claras as suas intenções autocráticas: *“Por que escolhi o Sr. Benedito Valadares? Porque todos tinham candidato e queria apenas que eu adotasse as preferências alheias. Só eu não podia ter candidato, e pensei que deveria tê-lo.”* (Vargas, 1995, p. 252).

Como o estado ainda sustentava politicamente o Governo Provisório, a elite mineira pareceu conformar-se com a indicação. Tinha representação em pelo menos três ministérios, fora outros cargos de segundo e terceiro escalões. Apesar disso, discordâncias já eram presenciadas, como a abdicação da liderança do Partido Progressista por Virgílio de Mello Franco e a renúncia de Afrânio Arinos ao posto de ministro das Relações Exteriores. (Ferro, 2015, p. 80)

O golpe de 1937 marcou uma nova fase da relação dos mineiros com Vargas. Embora a maior parte da elite montanhesa tenha aderido prontamente ao regime ditatorial, inclusive com participações na montagem e manutenção do regime, a exemplo de Francisco Campos e Gustavo Capanema, outros dele se afastaram, como Odilon Braga e Arthur Bernardes. O fechamento do Parlamento e a extinção dos partidos políticos contribuíram para arrefecer eventuais manifestações de insatisfações públicas dos mineiros em relação ao regime.

A década de 1940 foi marcada por sucessivas tentativas de prolongar o regime ditatorial, por meio de uma intensa propaganda sobre os benefícios que o novo modelo trouxera para o país. O prolongamento do regime, no entanto, mostrava-se incômodo pelo menos por duas razões. A primeira delas se refere ao fato de o Brasil ter rompido sua neutralidade e aderido à guerra ao lado dos Aliados em 1942, cujo discurso era a luta da democracia contra os totalitarismos. Estar ao lado de nações que se opunham aos modelos antiliberais e que se associavam aos comunistas russos acirrava as contradições de um regime que se definia pelo anticomunismo e pela crítica ao nosso

passado liberal, como era o caso do Estado Novo. (Koifman, 2021; Moura, 1991, Capelato, 1999) Diante das pressões por mudança, após a entrada do país no conflito e das primeiras manifestações contrárias ao regime, nas quais se incluí o próprio Manifesto, o governo prometeu uma redemocratização controlada por cima. Tal promessa, entretanto, foi abalada pela lei Malalaia, de incomodo aos grandes grupos da imprensa, e pela nomeação de Benjamin Vargas como chefe de polícia do Distrito Federal (Almino, 1980).

A segunda razão refere-se ao caráter pretensamente provisório em que se apresentou o próprio Estado Novo em sua inauguração. A Constituição de 1937 previa a realização de um plebiscito, por meio do qual o povo confirmaria ou não a continuidade do regime de exceção (Tanagino, 2017; Lanna Junior, 2009). As eleições de 1938 haviam sido “adiadas” e a proximidade de um novo quadriênio em 1942 reacendia as expectativas da classe política em ascender ao poder. Como é sabido, o plebiscito nunca ocorreu, nem mesmo foram anunciadas eleições, de imediato. As perspectivas de que o regime se redemocratizasse de imediato eram pequenas, em que pesem as mobilizações populares pela abertura do regime, o afastamento de algumas lideranças que haviam se destacado na construção do Estado Novo, como foi o caso de Francisco Campos, e o contexto internacional que apontava para a vitória dos aliados (Calil, 2001).

Dessa forma, a crítica ao regime por parte do Manifesto dos Mineiros não surpreendia a ninguém. Minas Gerais revelou-se com uma unidade política a sustentar o regime revolucionário até o golpe do Estado Novo. A partir dele, as defecções foram se avolumando e os compromissos do estado na manutenção do regime autoritário revelavam-se cada vez mais frágeis.

Os autores

Cabe falar um pouco acerca de parte da trajetória política prévia dos principais autores do texto do Manifesto, com vistas a uma melhor compreensão de seus objetivos. O regime passava por forte censura e os responsáveis não desconheciam os riscos que corriam.

Conforme Paulo Pinheiro Chagas e Odilon Braga asseveram, “*sua feitura foi trabalho de equipe*”, (Cavalcanti, 1943, p. 15) envolveu diversas pessoas e se tratou de uma atividade em conjunto, de autoria coletiva dos signatários, não sendo um “*documento de inspiração pessoal que tivesse de traduzir a cólera cívica de um grupo, de um partido ou de uma região*”⁷. Dessa forma, considera-se que, apesar dos três esboços iniciais – um de Odilon Braga, outro de Virgílio de Melo Franco e um terceiro de Dario de Almeida Magalhães - seu resultado foi também fruto dos

⁷ BRAGA, Odilon. Memória - “Manifesto dos Mineiros” - Explicação completa de como foi redigido o “Manifesto ao Povo Mineiro” pelo grupo do Rio e de Belo Horizonte (Código 01-11-0011), p.1. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

apontamentos e apoio de todos que o assinaram. O grande número de pessoas que aceitou assinar o Manifesto deu um peso político que ele jamais alcançaria, se fosse de autoria única.

Pinheiro Chagas afirma que foram sete pessoas que constituíram um grupo originário do qual resultaria o texto. Eram eles: Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Dario de Almeida Magalhães, Pedro Aleixo, Odilon Braga e José de Magalhães Pinto. Reforça essa informação o fato de que esses nomes foram citados por Braga ao longo de seu texto explicativo sobre o processo de redação do Manifesto. Entre eles, foram Afonso Arinos e Odilon Braga os primeiros a propor a redação de um manifesto crítico ao regime em vigor. (Ferro, 2015 e Benevides, 2016).

Para uma melhor compreensão do restrito grupo responsável diretamente pelo Manifesto, fizemos um breve levantamento prosopográfico de seus componentes. Percebe-se que se dividiam claramente em dois grupos: um mais afeito à ocupação de cargos públicos e outro mais voltado para uma trajetória, que embora não distante da política, aproximava-se mais do setor privado, a exemplo da ocupação de cargos em bancos, empresas ou mesmo em faculdades. No primeiro grupo enquadram-se: Odilon Braga, Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo e Dario de Magalhães. No segundo grupo: Afonso Arinos, Luís Camilo e Magalhães Pinto.

Entre os autores do primeiro grupo, quatro foram deputados, um chegou ao posto de ministro de estado, cinco deles exerceram funções importantes na imprensa regional ou nacional e três eram professores de ensino superior. Entre os autores de segundo grupo, os ligados ao setor privado, cinco deles ocuparam postos de chefia em importantes empresas e seis assumiram funções de consultoria ou direção de bancos. Percebe-se que, como um todo, era um grupo representativo das elites brasileiras dos anos 1930 e 1940, que com sua formação intelectual e/ou técnica, uma boa rede de contatos e uma eventual filiação às lideranças políticas prévias no estado – pelo menos três deles provinham de famílias politicamente destacadas no passado - ocuparam espaços significativos de poder em Minas e no Brasil.⁸

Esse conjunto de sete mineiros era residente em Belo Horizonte ou em cidades no entorno da capital, com exceção de Odilon Braga, cuja base política era a Mata Mineira. No momento da redação do Manifesto, tinham entre 39 e 49 anos, ou seja, eram de uma mesma geração, todos já adultos e com destacada carreira prévia no setor público ou no setor privado e, na maioria das vezes, em ambos os setores.

⁸ Destaca-se que alguns deles, como Virgílio de M. Franco e Odilon Braga já eram personagens destacados na política mineira desde o final da década de 1910. Foi Bernardes, que à frente do governo de Minas Gerais, em seu ímpeto de renovar o PRM, abriu espaços para a emergência de uma nova geração de políticos, que embora ligados às elites tradicionais do estado, ainda se encontravam fora da política. A este respeito ver: Wirth (1982), Monteiro (1994) e Viscardi (1999)

Seis deles tinham formação em Direito, em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. Apenas um deles se definia como historiador ou professor, que foi o caso de Luís Camilo, certamente o mais intelectualizado entre todos, em que pese o fato de Afonso Arinos ter tido uma produção intelectual maior ao longo de sua vida.

Com vistas a compreender melhor o que levou esse grupo de autores a desafiar de forma tão contundente o regime, examinamos o nível de intervenção que tiveram diante de alguns acontecimentos prévios que dividiram o país ou, especificamente, Minas Gerais, com o objetivo de encontrar certa lógica ou congruência nas escolhas feitas por eles.

Entre os sete autores do Manifesto, quatro deles estiveram envolvidos com a Revolução de 1930, de forma direta ou indireta. Três deles apoiaram o governo provisório e quatro deles foram deputados constituintes. Mas chama-nos atenção o fato de os sete terem feito críticas ou oposição ao Estado Novo no momento de sua decretação, ou seja, embora olhassem com desconfiança as dificuldades de transição para um regime constitucional no imediato pós 30, acreditaram que a Carta de 1934 recolocaria o país nos trilhos. Diante do golpe de 1937, mesmo os que se definiam enquanto anticomunistas, não compactuaram com a interrupção do regime liberal.

Cabe questionar até que ponto eles eram amigos entre si. Certamente se conheciam, mas não eram necessariamente amigos, exceto os aparentados, como foi o caso de Virgílio, que era irmão de Afonso Arinos. No mais, tentando estabelecer quem compunha suas redes de sociabilidade, é possível notar alguns pontos comuns. O grupo mais envolvido com a política partidária tendia a se relacionar com importantes lideranças políticas do período, a exemplo de Antônio Carlos, Arthur Bernardes, Gustavo Capanema ou Bias Fortes. Nacionalmente se articulavam com Oswaldo Aranha. Já o grupo menos envolvido com os cargos político-partidários tinha amigos em comum como Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault, Assis Chateaubriand e Pedro Nava. Luís Camilo, especificamente, era primo de Drummond e Pedro Nava chegou a assinar o Manifesto.

No que tange às convicções ideológicas dos sete autores do texto do Manifesto, todos se definiam, sem exceção, como liberais, sendo que Odilon Braga e Pedro Aleixo também se definiam como anticomunistas, tendo o último integrado, inclusive, a Legião Mineira, de clara conotação fascista.

Após o Estado Novo, até como reação natural às punições impetradas ao grupo por Vargas, fizeram oposição à candidatura de Dutra e ajudaram a fundar a UDN e todos participaram efetivamente da candidatura de Eduardo Gomes em 1945 (Benevides, 1980). Odilon Braga, inclusive, foi o seu candidato a vice em 1950.⁹ Muitos deles, décadas depois, estiveram envolvidos

⁹ Acerca das vinculações do Manifesto à criação da UDN, Jorge Chaloub (2016:150) afirma que quem conferiu o caráter fundador da UDN pelo Manifesto foram os próprios udenistas; ou seja, teriam criado seu mito de fundação.

na conspiração contra o governo João Goulart, apoiaram o golpe de 1964 e integraram os quadros civis da ditadura.

Vitor Lacerda (2017) fez igualmente um levantamento prosopográfico que envolveu não só os autores do documento, mas também seus signatários. Segundo o autor, percebe-se a existência de duas gerações: uma nascida no século XIX e outra mais tardia. A segunda, de nascidos no século XX, participou ativamente da revolução de 30, mas se decepcionou com seus resultados, sobretudo após o Estado Novo. O mais idoso dos signatários foi Arthur Bernardes (68 anos) e os mais jovens tinham entre 30 e 35 anos. Majoritariamente se concentravam em Belo Horizonte e teriam construídos suas redes de sociabilidade política nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, da capital mineira.

A redação

Sheila Baggio (1989, p. 136) afirma que a ideia de protestar por meio de um manifesto teria surgido em um banquete oferecido por Arthur Bernardes a Pedro Aleixo, em setembro de 1943, mas também foi reivindicada por Afonso Arinos em seu livro de memórias. A partir dessa ideia, foram construídas três versões do documento, posteriormente submetido a várias intervenções finais.

Pelo que se percebe, a redação do Manifesto foi um processo longo e coletivo. Acerca do mesmo, Odilon Braga relata:

Reunimos, como sempre, em casa de Virgílio. Coube-me apresentar o primeiro esboço. Os mais exaltados, julgaram-no sem ímpeto, falta de agressividade. Virgílio, porém, apoiou o ponto de vista em que eu me colocara: o de apelo não as às emoções, mas as consciências.¹⁰

Dessa forma, a Braga é atribuída a redação do primeiro dos três esboços do Manifesto, no qual era nítida a proposta de um documento que apelasse à racionalidade, com críticas mais contidas à ditadura em curso. Como constaria no próprio formato final do Manifesto, não se tratava de um “*documento subversivo*”, cujo fim era o de “*agitar*” ou “*conduzir*” a sociedade civil, mas tão somente “*recordar aos mineiros que o patrimônio moral como o espiritual não sobrevive ao desleixo*”¹¹.

O relato memorialístico de Paulo Pinheiro Chagas complementa o que afirmava Braga. Conforme escreve:

¹⁰ BRAGA, Odilon. Memória - “Manifesto dos Mineiros” - Explicação completa de como foi redigido o “Manifesto ao Povo Mineiro” pelo grupo do Rio e de Belo Horizonte (Código 01-11-0011), p.1. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

¹¹ MANIFESTO. Versão final impressa do “Manifesto – ‘Ao Povo Mineiro’” (Código 01- 09-0009), p.2. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

O centro de nossas atividades localizava-se no escritório de Virgílio, sediado na Esplanada do Castelo. Aí nasceram O Manifesto dos Mineiros, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, a minha biografia sobre ele, O Brigadeiro da Libertação, que Virgílio me sugeriu e estimulou a fazer, e todos os cometimentos e gestões contra a ditadura, como, por exemplo, a entrevista de José Américo de Almeida ao Correio da Manhã, feita por Carlos Lacerda e que foi, cronologicamente, o primeiro ato de insurreição contra a censura da imprensa. (CHAGAS, 1978, p. 14)

Destaca-se no relato do signatário, que a redação do Manifesto estava vinculada diretamente aos anseios em torno não só do fim da ditadura, mas também para que pudessem viabilizar a sucessão de Vargas pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Antes de ser tão somente uma contestação à ditadura, obedecia a interesses eleitorais mais imediatistas. Era parte de um conjunto de ações coordenadas de crítica e de oposição ao regime com encaminhamentos futuros concretos.

Percebe-se, igualmente, que Virgílio de Melo Franco teve um papel de liderança no movimento, oferecendo o local de encontro para o grupo e incentivando não só a redação do Manifesto, mas os passos posteriores a serem trilhados. No relato de Braga, Virgílio também tomou para si “*o encargo de recompor alguns tópicos do esboço*” da versão inicial do Manifesto e teria introduzido alguns de seus “*temas prediletos*” ao texto. A partir daí, Braga teve o trabalho de recompor o novo texto¹².

O documento ainda seria submetido a alguns apontamentos de Luiz Camilo e Afonso Arinos, este último se encarregando de alguns acertos finais. Dario de Almeida Magalhães, que não havia participado das reuniões, quis igualmente “*oferecer substitutivo de orientação diversa*”, por meio da inserção de trechos que se aproximavam da proposta inicial e foram colocados na composição final.¹³ A última versão foi ainda enviada a Pedro Aleixo, em Belo Horizonte, recebendo novos retoques, sendo devolvida já assinada. Sheila Baggio (1989:136) afirma que as três versões, após elaboradas, foram submetidas ao escrutínio de Milton Campos.

Em seu relato, Odilon Braga valoriza a participação de Virgílio de Melo Franco como sendo uma das mais importantes. Virgílio foi responsável pela inserção no texto de uma referência ao cenário mundial de ascensão do nazifascismo, com o fim de relacionar o Manifesto à luta dos aliados pela democracia contra o totalitarismo. Braga também atribui a Virgílio as referências ao dever dos mineiros de resguardarem o “*patrimônio cívico*”, e da necessidade de vincularem o país à “*cultura do ocidente*” e à democracia com envolvimento das ruas. Afonso Arinos também corrobora

¹² BRAGA, Odilon. Memória - “Manifesto dos Mineiros” - Explicação completa de como foi redigido o “Manifesto ao Povo Mineiro” pelo grupo do Rio e de Belo Horizonte (Código 01-11-0011), p.1. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

¹³ Idem, p. 1-2.

com a explicação de Braga sobre o trabalho desenvolvido por Virgílio de Melo Franco, ao destacar o forte papel do irmão na articulação política e na redação do Manifesto (Ferro, 2015).

Para além do texto, Virgílio teria forte intervenção sobre o processo de coleta de assinaturas no Rio, conforme Braga relata:

Nenhum dos mineiros em evidência na capital da República foi por ele esquecido. A todos impôs o íntimo drama de uma opção de consciência. Batemos juntos muitas portas.¹⁴

O verbete de Benevides (2016) sobre o Manifesto complementa que Pedro Aleixo, Milton Campos e João Franzen de Lima ficaram responsáveis pela busca de assinaturas em Minas Gerais. A versão final do documento foi impressa em 50 mil exemplares por meio de uma tipografia em Barbacena, sendo sua distribuição feita de mão a mão. Os signatários ganharam ajuda do Brigadeiro Eduardo Gomes, que se envolveu na distribuição de exemplares no norte do país.

Acerca da impressão do Manifesto ter ocorrido em Barbacena, Paulo Pinheiro Chagas relata que foi realizada às expensas de Achiles Maia, homem de negócios e amigo de Virgílio de Melo Franco. Seu nome teve a grafia mudada para Aquiles, deixando de ter seu nome como o primeiro da lista de signatários, organizada em ordem alfabética. A medida teve como objetivo não desfigurar o caráter político do documento, bem como evitar retaliação a sua pessoa, já que não era político e tinha se envolvido no Manifesto em ajuda ao seu amigo Virgílio (Chagas, 1977).

Ao analisar o suporte do impresso final, percebe-se uma encadernação simples, por meio de dois furos na parte esquerda, denotando a clandestinidade do processo, possuindo um formato de um livro de bolso, facilitando carregá-lo e distribuí-lo discretamente.

O Conteúdo

O texto inicia-se com uma justificativa acerca de seu próprio tom, o que na verdade revelava aos leitores as virtudes de seus próprios autores: serenidade, sobriedade e ponderação. De saída, o propósito do Manifesto, longe de ser uma ação disruptiva, almejava ser sugestiva e conciliadora. Tais objetivos ficam mais explícitos ao longo do texto, quando afirmam pretender resgatar valores esquecidos como os da liberdade, da defesa da cidadania, dos direitos individuais, da democracia, todos eles abandonados no Brasil pelo Estado Novo.

Tais valores eram associados a uma suposta identidade mineira, violada pelo regime quando condenada ao retraimento e ao mutismo: *“Quem conhece a história das tradições da nossa gente, pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsória e prolongada*

¹⁴ Idem, p. 3.

abstinência da vida pública”¹⁵. Minas, segundo os autores do libelo, amava a crítica e o debate públicos. É como se a falta de soberania do estado não se coadunasse aos valores defendidos ao longo da história pelos próprios mineiros. O que omitiam é que havia mineiros à frente do projeto do Estado Novo, desde seu nascimento até a sua consolidação. Se Minas Gerais perdera sua autonomia, foi com o apoio de boa parte de seu situacionismo político.

Os usos políticos do passado não se encontravam ausentes do texto. Tiradentes, Teófilo Ottoni e João Pinheiro foram lideranças resgatadas em sua luta pela liberdade, o primeiro no período colonial, o segundo no regime monárquico e o terceiro no republicano. Para que o foco não ficasse restrito ao estado de Minas, outras lideranças republicanas foram usadas como referências no texto, a exemplo de Tavares Bastos, Rui Barbosa, Campos Sales, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, entre outros. Apesar das diferenças entre tais personagens, sobressai um ponto em comum na diversidade de atores políticos citados: a defesa do federalismo, que na prática era a realização de um governo descentralizado, que conferisse autonomia para os estados. Tais autores eram conhecidos por suas ideias descentralizadoras.

A defesa de um modelo alternativo de governo se fez por meio do elogio a documentos e instituições do passado. São citados pelo Manifesto uma circular de autoria de Teófilo Ottoni, publicada em 1860, que consistia num elogio ao federalismo estadunidense; o próprio Manifesto Republicano de 1870, conhecido pela defesa da soberania popular e do federalismo; as convenções republicanas gaúchas, cujos tons eram mais próximos a um federalismo mais radical; as duas constituições republicanas – a de 1891 e a de 1934 – ambas marcadas pelo tom liberal e federalista; havia, igualmente, referências a algumas eleições majoritárias da Primeira República, que tinham em comum o fato de terem sido mais competitivas: a de 1910, 1919, 1922 e 1930.

Por fim, uma referência a um evento externo, a Carta do Atlântico, assinada oito meses antes, que previa em seu sétimo artigo o seguinte:

Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações.¹⁶

Ao citar a Carta do Atlântico, os autores do Manifesto deixavam sua clara vinculação aos aliados e a seus compromissos com as liberdades e com o crescimento econômico.

¹⁵ O texto do Manifesto encontra-se disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

¹⁶ A Carta se encontra disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/carta_atlantico_1941.htm>. Acesso em 9 de ago. de 2024.

As alusões ao passado, no entanto, não implicavam em um desejo de retomada de um passado recente, sobretudo no que tocava às fraudes eleitorais e à própria representação corporativa presente no Código Eleitoral de 1932, como se vê no trecho do Manifesto abaixo:

Estamos seguros de que não teremos de assistir a repetição daqueles processos, nem mesmo sob a aparência de ensaios de corporativismo, quando estes se afastam da espontaneidade histórica e se transformam numa simples alavanca de governos de índole fascista.

Dessa forma, quando o Manifesto se propunha a resgatar o passado, buscava desvincular-se dos vícios da Primeira República e das iniciativas autoritárias do Governo Provisório (1930-1934). Esse uso seletivo do passado tinha por objetivo reforçar as ideias liberais e federalistas, abandonadas após a decretação do Estado Novo.

As versões

Antes de se chegar ao texto final, conforme afirmamos acima, foram elaboradas três versões. A primeira foi de Odilon Braga, a segunda foi uma intervenção de Virgílio Franco sobre seu texto inicial e a terceira de Dario Magalhães. Julgamos importante detalhar a diferença entre elas.

A primeira das versões, escrita por Odilon Braga, inicialmente foi estruturada em sete tópicos. O primeiro e o sexto tópicos são os mais longos e o documento possui um total de seis páginas e meia datilografadas. Essas páginas resultaram de rascunhos preexistentes, em que há trechos datilografados e enxertos escritos à mão, provavelmente, atendendo a sugestões de signatários.¹⁷

Na primeira versão podemos perceber a presença de uma visão positiva acerca das conquistas econômicas e sociais do governo Vargas, embora defendesse que “*em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram obtidos sem o sacrifício dos direitos cívicos*”¹⁸.

As críticas aos limites do regime oligárquico se encontravam igualmente presentes. No entanto, destacava que a solução encontrada pelo Estado Novo, a hipertrofia do Poder Executivo, era exatamente o que se queria combater tanto em 1889 como em 1930. Na interpretação de Odilon – e que ficou consolidada no texto final do Manifesto – a luta contra o abuso do poder pessoal, que tinha dado origem à Proclamação da República, havia sido abandonada ao atribuir-se a Vargas o

¹⁷ No último dos três esboços referentes a essa versão há também uma papeleta junto às páginas, em que está escrito “Minha Fórmula”, com a caligrafia de Odilon Braga.

¹⁸ MANIFESTO. Manifesto dos Mineiros - Versão corrigida do primeiro esboço de Odilon Braga. do Manifesto dos Mineiros. 14 de out. de 1943 (Código 01-02-0002), p. 2. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

poder de chefe supremo da nação.

Em alusão à suposta “*política científica*” que teria dado origem ao Estado Novo, Odilon Braga afirma que o cientificismo positivista longe estava de conviver com qualquer limitação da liberdade individual e, portanto, só poderia existir “*mediante espontâneo e reverente assentimento de uma opinião esclarecida e livre*”, o que não havia ocorrido no regime em curso. Assim, Braga entende que, antes de se realizar eleições, não se poderia qualificar a organização daquele Estado como científica.

As referências aos documentos e instituições liberais já se encontravam igualmente no primeiro esboço de Odilon Braga. Encontravam-se também as críticas ao fascismo. Nesse ponto, Braga pedia para o país voltar à tradicional constituição de “*povo livre e apto para a escolha dos governantes*”. Também faz referência ao fato que “*somente aqueles que se deixaram cegar pelos artificios do fascismo*” ou “*adquiriram o gosto pelo mando senhorial*” não perceberiam as novas perspectivas abertas pelas últimas vitórias dos aliados.¹⁹

Em uma análise da versão atribuída a Virgílio e de sua recomposição com a de Braga percebe-se a introdução do título “*Ao povo Mineiro*” e de um primeiro parágrafo que contextualiza o documento dentro da Segunda Guerra Mundial. A divisão por tópicos é finalmente eliminada na recomposição. Os elogios de Braga às políticas econômicas e aos avanços nos direitos sociais do governo varguista foram suavizados pela intervenção de Virgílio.

Como pontos marcantes de sua versão pode-se destacar a compreensão do fascismo como algo novo e sedutor, quando de sua ascensão na Itália, e, posteriormente, nos demais países. Recomendava, no entanto, a necessidade de se preservar os bens imateriais e morais, para que não se arruinassem.²⁰

Por fim, talvez a maior contribuição de Virgílio tenha sido tornar o documento mais próximo das reivindicações dos direitos sociais. Em sua versão se defende a renovação econômica e que “*a democracia preconizada não é a mesma do liberalismo burguês*”. Há o desejo de que se ampliem os direitos civis e políticos para “*qualquer coisa mais para além do habeas corpus*”, destacando que “*o tempo do liberalismo passivo já passara*”.²¹

A terceira versão, de Dario de Almeida Magalhães, foi a última das versões propostas para o

¹⁹ Idem, p. 4

²⁰ Nesse trecho, Virgílio de Melo Franco utiliza a suposta expressão de Júlio César ao se referir aos gauleses, *rerum novarum cupidi*, expressão que também permanece até a versão final do Manifesto. Nas versões seguintes, que traçam uma recomposição das versões de Braga e Melo Franco, há a inclusão, dentre outros trechos, do desejo de um “*espaço para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais*”.

²¹ MANIFESTO. Manifesto - “*Ao povo mineiro*” - Versão, passada a limpo, da versão que constitui o doc. nº 1-04-0004 (Código 01-05-0005), p. 6. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

Manifesto e a mais radical em sua crítica ao governo. Nela, argumentava como de “*imediate urgência o restabelecimento dos direitos de cidadania, que haviam sido subtraídos do povo brasileiro*”²². Conforme já afirmado, Magalhães não compareceu às reuniões de redação, mas apresentou um substitutivo, que foi escrito sobre as versões recompostas de Virgílio de Melo Franco e Odilon Braga.

A partir do segundo parágrafo, a versão de Magalhães se diferenciava das demais. Destacou-se o caráter não subversivo do documento, o qual não visava a agitar e nem a conduzir, mas estaria mais próximo a uma “*conversa em família*”. Tais sugestões foram incorporadas na versão final do Manifesto. Já no terceiro parágrafo, o documento se afasta do caráter proposto inicialmente e toma a expressão de desabafo. Entende-se que foi imposto a Minas estar em uma “*atitude de total retraimento e absoluto mutismo*”, o que “*forçou aos mineiros a circunscrever o seu círculo de vida aos estreitos limites do que é cotidiano e privado*”. Sendo um Estado tradicionalmente ligado a uma vida pública ativa, tais atitudes provocaram os mineiros a se sentirem “*diminuídos e mutilados*”²³.

Com relação aos êxitos econômicos do governo estadonovista, Magalhães contribuiu para a versão final com o seguinte trecho:

A prosperidade nos negócios, o êxito nas atividades profissionais, a riqueza, o conforto, o gozo da tranquilidade fácil de todos os dias não esgotam as nossas aspirações e nem resumem a nossa concepção do destino do homem. (...) A ilusória tranquilidade e a paz mundial que se obtém pelo banimento das atividades cívicas podem, muitas vezes, ser propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e à prosperidade material, mas jamais benéficas ao revigoreamento e à grandeza dos povos.²⁴

Percebe-se, pela citação, que embora críticos ao regime em curso, no que tange à intervenção do Estado sobre a economia, com vistas ao desenvolvimento nacional, compartilhavam das mesmas opções do governo. Ademais, trata-se de um trecho importante, pois revela uma admissão, por parte do grupo, de que a gestão das políticas econômicas em curso era bem-sucedida, mas insuficiente. Para eles, a ausência das liberdades civis e políticas não eram compensadas pelo bem-estar econômico do país.

²² MAGALHÃES, Dario de Almeida. Manifesto - Redação proposta para o ‘Manifesto dos Mineiros’ por Dario de Almeida Magalhães (Código 01-08-0008A), p. 4. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

²³ Idem, p. 2.

²⁴ Ibidem.

O impacto

A publicação do Manifesto dos Mineiros alcançou repercussão nacional. Além disso, também driblou a censura do regime ao não depender dos meios de comunicação de massa, tendo um modo próprio de divulgação, realizado de mão em mão por apoiadores.

Os relatos de Paulo Pinheiro Chagas, Odilon Braga e Afonso Arinos abrangem as reações ao documento, que não foram somente positivas. Arinos afirma que muitos tentaram “ridicularizá-lo”, apontando “sua timidez”, o seu conteúdo formalista e jurídico, muito afastado, segundo os críticos, das prementes exigências da hora” (Chagas, 1977, p. 306). Braga, anos depois, justificou o tom escolhido pelo grupo ao considerar que:

Quem hoje o lê, de ânimo frio, no seguro e pacífico aconchego dos direitos individuais restaurados a 29 de outubro, talvez o considere pouco expressivo e se surpreenda com as represálias que suscitou. Mas precisamente estas marcam a intensidade dos abalos que produziu e as proporções de sua importância histórica.²⁵

Vargas se pronunciou sobre o Manifesto uma única vez, de forma velada e irônica, seguindo o tom das demais críticas, no discurso de inauguração do novo prédio do Ministério da Fazenda, a 10 de novembro de 1943, poucos dias após a divulgação do documento, ao dizer que:

No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenário político pelas suas tendências, se exijam em profetas democráticos, exatamente na ocasião em que os povos da velha estrutura representada preferem adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos. (Benevides, 2016)

Para ele, seus autores só estavam interessados na manutenção de seus empregos no governo federal. Subestimou a capacidade intelectual dos signatários, que por não terem nada a fazer, atuavam como rábulas ou chicaneiros, ao proporem uma interpretação literal da Constituição de 1937. No discurso, Vargas evitou uma reação mais dura pelo medo de que as reações se ampliassem para além do estado de Minas Gerais.

Apesar de Vargas ter se referido aos signatários em tom desdenhoso e jocoso, o governo agiu rapidamente com represálias- as primeiras se iniciaram ainda em novembro de 1944- já que a ação

²⁵ BRAGA, Odilon. Memória - “Manifesto dos Mineiros” - Explicação completa de como foi redigido o “Manifesto ao Povo Mineiro” pelo grupo do Rio e de Belo Horizonte (Código 01-11-0011), p.1. Pasta 341: Documentos diversos referentes ao Manifesto ao povo mineiro (24-10-43). Fundo Odilon Braga.

dos mineiros quebrou a inquestionabilidade do regime e poderia suscitar novos protestos. Dessa forma, em que pese o seu excessivo formalismo e a suavidade das críticas, o Manifesto provocou uma reação desproporcional do governo, que se deu por meio da demissão dos signatários que ocupavam cargos no Estado ou em empresas públicas. Houve, igualmente, pressões sobre as empresas privadas das quais os signatários eram sócios ou funcionários, para que fossem demitidos ou removidos de seus cargos de confiança.

Os signatários já esperavam retaliações, até mesmo mais intensas, incluindo a possibilidade de prisões. Antes mesmo da distribuição, Milton Campos, que havia revisado o texto, teria dito em tom cético: *“Pode ser que o Manifesto não faça onda. Mas certamente haverá vagas”* (Chagas, 1977, p. 309). A lembrança de Pinheiro Chagas também reforça a preparação antecipada contra possíveis manobras do governo no porvir:

Não tínhamos a menor ilusão quanto às conseqüências que nos adviriam do gesto que íamos praticar. Dias antes de soltarmos os documentos, Magalhães Pinto me chamou ao Banco da Lavoura, de que era diretor, onde assinei uma alentada nota promissória, cujo saldo foi depositado no nome de minha mulher. ‘Se formos presos’, advertiu Magalhães, ‘nossas famílias precisam ficar a coberto das dificuldades’. (Chagas, 1978, p. 15)

Um dos primeiros afetados pelas manobras do governo foi Arthur Bernardes Filho que, junto de seu pai, havia assinado o documento. Ainda em novembro de 1943, Bernardes Filho foi demitido da Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, empresa privada da qual era presidente.

O interventor em Minas Gerais, Benedito Valadares, esteve no centro das articulações das vinditas. Após a divulgação de calúnias em relação à má gestão do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, companhia conhecida por sua organização modelar, solicitou a apropriação do controle da mesma, sendo atendido pelo decreto-lei 6.020, também de novembro daquele ano, que o autorizava a assumir a administração e a nomear novos diretores do Banco (Cavalcanti, 1978, p. 51). O motivo real por trás da tomada de posse era a composição de sua diretoria, formada pelos signatários Afonso Pena Júnior e Pedro Aleixo, bem como Estevão Leite de Magalhães Pinto, que não assinou o documento, mas que havia demonstrado solidariedade ao gesto democrático de seus colegas argentinos em relação à política portenha.²⁶

Valadares também pressionou outra instituição, o Banco da Lavoura, convocando seus membros e exigindo a saída de Magalhães Pinto, autor e signatário, pois do contrário, o Banco teria

²⁶ A Argentina em julho de 1943 foi palco de um movimento armado, conhecido como Revolução de 1943, que pôs fim ao governo de Ramon Castillo, último da “Década Infame”, época que foi marcada por uma centralização política de Buenos Aires, autoritarismo e fraude eleitoral. Tal movimento deu início a uma série de governos militares, terminando na eleição de 1946, em que foi eleito Juan Peron (Barros, 2016).

os depósitos das autarquias do governo federal retirados e o redesconto do Banco do Brasil suspenso, inviabilizando as operações. Sem alternativas, Magalhães se retirou de seu cargo. Em relação a Paulo Pinheiro Chagas e Dario de Almeida Magalhães, o interventor ainda teria ameaçado o diretor da Companhia Mineira de Estradas e Construções, Américo René Giannetti, para que demitisse ambos, sendo surpreendido pela negativa de Giannetti, mesmo sob forte risco de se dissolver a firma.

Virgílio de Melo Franco também foi demitido do posto de interventor do Banco Alemão Transatlântico, trabalho não remunerado, cedido a ele depois de um pedido seu a Vargas para que participasse do esforço de guerra nacional contra o Eixo. Seu irmão, Afonso Arinos, bem como Odilon Braga, foram afastados, respectivamente, dos cargos de consultor jurídico e advogado do Banco do Brasil. Braga ainda seria obrigado a se afastar da diretoria da Ultragaz, devido à perseguição à companhia, que envolveu a denúncia de que seu fundador, Ernesto Igel, de origem austríaca, teria relações econômicas com o Eixo, apesar de ser judeu e estar radicado no Brasil por muitos anos.²⁷

Para além dos citados acima, Orlando Cavalcanti (1978) cita os nomes de mais 28 signatários que haviam informado terem sido prejudicados pelas perseguições que tinham como objetivo intimidar o surgimento de novos protestos contra o Estado Novo.

Importante destacar que o Manifesto gerou, igualmente, a reação do então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas, o paulista Marcondes Filho. Com o objetivo de justificar a não realização do plebiscito, previsto constitucionalmente para ocorrer após o fim do pressuposto mandato de Vargas no Estado Novo (Artigo 171), ou seja, em 1943, Marcondes Filho recorre ao estado de exceção então em vigor, o “estado de guerra”, sob o qual a realização de eleições se mostrava impossível. Na mesma resposta, o Ministro qualificava a manifestação dos mineiros como resultado da preservação dos interesses oligárquicos regionalistas em detrimento da consolidação de um projeto nacional, construído ao longo da década de 1930. (Codato, 2013).

Considerações finais

Embora o real impacto sobre o Manifesto na derrocada do Estado Novo possa ser subestimado, como pôde ser visto, há um conjunto importante de obras sobre o tema, que atestam, por variados enfoques, o seu papel no enfrentamento à ditadura varguista. Para além das fontes que diretamente acessamos, do Arquivo Privado de Odilon Braga, a maior parte das informações disponíveis a fundamentar os trabalhos anteriores ao nosso está localizada no CPDOC/FGV. São

²⁷ Pasta 338: Documentos diversos referentes ao processo da cia Ultragás e suas relações com empresas do eixo. Fundo Odilon Braga.

entrevistas coletadas em 1977, por Lúcia Hipólito, de 17 de seus signatários (Lacerda, 2018).

Boa parte dos analistas aponta que o Manifesto foi pioneiro no enfrentamento ao regime estadonovista (Hilton, 1987; Fausto, 1996; Souza, 1980). Mas é inegável que o período autoritário demonstrava sinais de esgotamento e convém considerar que, antes dele, já havia tentativas de construção de uma oposição liberal, além de discussões a respeito do combate ao fascismo – em suas versões internas e externas.

Segundo Edgar Carone (1991), estudantes, intelectuais, trabalhadores e setores liberais das antigas oligarquias mobilizaram-se em manifestações que clamavam pela abertura política do regime, destacando-se entre elas as mobilizações pela entrada do Brasil na guerra. Conhecidas são as passeatas estudantis antiautoritárias ocorridas ainda em 1942. Em dezembro do mesmo ano, foi criada a Sociedade Amigos da América, que reunia opositores ao regime, incluindo Odilon Braga e setores militares não alinhados a Dutra ou a Goés Monteiro (Baggio, 1989).

Especificamente no caso de Minas Gerais, a publicação da obra “Teófilo Otoni, Ministro do Povo”, escrita por Paulo Pinheiro Chagas, um dos signatários do Manifesto, constituiu-se numa tentativa de mobilizar a sociedade com vistas às comemorações do centenário da Revolução Liberal de 1842, liderada por Otoni, e, por meio delas, reforçar o ideário liberal e antiautoritário²⁸.

Porém, essas manifestações anteriores, apesar de se dirigirem à defesa dos valores liberais, não tinham como um objetivo direto a contestação pública do Estado Novo, como fora o Manifesto. Ademais, o grupo desafiou a censura e a repressão do aparato ditatorial, por meio de uma impressão clandestina e distribuição sorrateira de um documento crítico ao regime. Por essa razão, a manifestação desse grupo de mineiros assumia um caráter pioneiro. O fato de a crítica ter sido conduzida por personagens destacados da política nacional tornava o evento ainda mais significativo.

Em nossa avaliação, um dos objetivos dos signatários era o de reivindicar o retorno das práticas democráticas liberais, o que se daria pela descentralização do Estado. Para isso, se valeram de um documento escrito e difundido entre os seus. Longe estavam de provocar uma revolução ou mesmo conspirarem contra o regime, que ainda se mostrava fortalecido. Como vimos, o tom do Manifesto é ponderado, mas não conciliador. Em nenhum momento referem-se a Vargas ou ao Estado Novo, pois evitam direcionar as críticas a um alvo específico, mas ao regime em vigor, o que torna o alvo uma abstração que não se corporifica.

Embora o documento tenha sido produzido e assinado por mineiros, desejavam que ele rompesse as fronteiras do estado. Para isso, seu texto faz alusão às lideranças de fora de Minas

²⁸ Destaca-se que Otoni foi citado três vezes pelo Manifesto, ao elencar nomes de inspiração histórica e ao citar a circular de 1860, de sua autoria.

Gerais e tenta se conectar a valores em disputa no quadro internacional, colocando-se ao lado dos países antifascistas. Projetam um futuro liberal e democrático, sem se contentarem com o retorno ao passado liberal da Primeira e da Segunda Repúblicas. Tal liberalismo, como vimos, seria somente político, já que não abriam mão da intervenção do Estado sobre a economia e nem da garantia de direitos sociais já consolidados.

Em que pesem suas limitações, o Manifesto incomodou muito Vargas, que poderia tê-lo ignorado, não fosse seu caráter subversivo, sem querer sê-lo. Tal incômodo se reflete menos em suas vagas alusões ao documento, mas, sobretudo, em sua ação rápida e punitiva contra seus principais autores.

Os impactos do Manifesto se fizeram observar igualmente a posteriori, sobretudo diante das reações de Vargas. Em dezembro de 1943, Armando Sales de Oliveira, exilado em Buenos Aires, divulgou uma “Carta aos Brasileiros” onde sugeria a união de liberais e militares contra o regime e em defesa da democracia. Em abril de 1944, Dario de Almeida Magalhães exigia do ministro da Guerra, uma intervenção. Em janeiro de 45, o I Congresso Brasileiro de Escritores fez denúncias contra o regime. No mês seguinte, ocorreram as atividades do VI Congresso da UNE e a bombástica entrevista de José Américo de Lacerda, com críticas ácidas ao regime.

Calil (2001) destaca que em março de 1946, estudantes e sindicalistas organizaram um protesto por meio da organização de uma Semana Antifascista liderada pela UNE, pela Liga de Defesa Nacional e pela Sociedade dos Amigos da América.²⁹

Alves (2002) destaca alguns outros eventos posteriores de contestação ao regime, incentivados pelo Manifesto. Entre eles faz referência à redação de outro manifesto na Bahia, escrito por João Mangabeira e outro no Rio Grande do Sul, mas que não tiveram o mesmo impacto. Em ambos se defendia a intervenção das Forças Armadas para colocarem fim ao regime.

Dessa forma, em que pesem as referências à certa cultura conciliadora dos mineiros, reforçada pelo texto do Manifesto, o documento foi a mais importante iniciativa das elites políticas dominantes contra o autoritarismo de Vargas. No entanto, percebe-se que seus vínculos com a democracia, que tanto defendiam ao se oporem ao Estado Novo, eram mais tênues do que pareciam. Como vimos, ao analisar a trajetória política dos principais envolvidos, não tardou aglutinarem-se em um liberalismo conservador udenista, que se demonstrou igualmente golpista.

Pensando sobre essa perspectiva, talvez a maior motivação a levar o grupo a se opor ao Estado Novo por meio de um manifesto público fosse a oposição a Vargas e não propriamente à

²⁹ Cumpre destacar aqui que a análise de Calil se diferencia das demais ao procurar retirar das elites políticas dominantes o protagonismo exclusivista de oposição ao regime. Nessa tentativa, procura elencar outros grupos que se mobilizaram, tais como os estudantes, os trabalhadores, intelectuais e oligarquias dissidentes. (Calil, 2001: 95 e 101)

ditadura estadonovista. Talvez por ressentimento, por não terem galgado postos mais altos no Estado³⁰; certamente, pela ausência de espaços de renovação política, após o fechamento do Congresso e o adiamento das eleições, ou ambos os fatores, em conjunto. De todo modo, colocavam suas respectivas carreiras em risco, bem como a possibilidade de perda ainda maior de espaço político, como de fato veio a acontecer.

Por fim, pode-se afirmar, tendo em vista os limites do modelo democrático então vigente, que o Manifesto, com seus apontamentos, tenha contribuído para a ampliação dos direitos democráticos no país, ainda que limitada por práticas políticas autoritárias, que marcaram o período da Quarta República no Brasil (1946-1964). Esse mérito, no entanto, não impediu que, em um momento posterior, muitos de seus apoiadores contribuíssem para a ruptura da democracia que esteve no cerne do golpe civil-militar de 1964, sob o pretexto de salvá-la. Eram esses os limites claros das reivindicações dos signatários, em que pese seu discurso liberal-democrático.

Fontes primárias

Fundo Odilon Braga. Universidade Federal de Juiz de Fora. Arquivo Central. Coordenação de Arquivos Permanentes. Fundo OB. UFJF-AC-CAP- Pastas 338 e 341

Fontes primárias bibliográficas

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro. 1937.

CARTA do Atlântico. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/carta_atlantico_1941.htm>. Acesso em 9 de ago. de 2024.

CAVALCANTI, O. *Os Insurretos de 43*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CHAGAS, P. P. *Esse velho vento de aventura: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. Introdução. In: CAVALCANTI, O. *Os Insurretos de 43*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MANIFESTO dos Mineiros. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/estadonovo/mineiros_1943.htm>. Acesso em 9 de ago. de 2024.

³⁰ Para Baggio (1989:136) o que moveu seus autores foi a sensação de que estavam excluídos do situacionismo mineiro. Para tal, baseia-se na análise de Sérgio Miceli (1996), segundo a qual, o grupo se sentia lesado em seus interesses privados, prejudicados por interferência de políticas econômicas estadonovistas.

Referências

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. Livraria Brasiliense Editora, 1980.

ALVES, Juliana Martins. Liberalismo versus “democracia substantiva”: o Manifesto Mineiro e os debates sobre o estado autoritário-corporativo. *Faces de Clio*. Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 83-103 jan./jun., 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26609/18356>>. Acesso em 19 de out. de 2024.

BAGGIO, Sheila B. Minas e um desfecho para o Estado Novo: notas sobre o Manifesto dos Mineiros (24/10/43). *Vária História*, Belo Horizonte, 1989. Disponível em:

<https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/57276ee57da24f738c4b5f31/1462202087207/14_Baggio%2C+Sheila+Brandao.pdf>. Acesso em 9 de ago. de 2024.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. A cultura política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina: um diálogo com a obra “multidões em cena” de Maria Rolim Capelato. *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Luiz_Barros_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf>. Acesso em 19 de out. de 2024.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, M. V. Manifesto dos Mineiros. In: ATLAS Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/5992>>. Acesso em 9 de agosto de 2024.

BOMENY, Helena. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30.

GOMES, Ângela de Castro et al. (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Vavy P. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos C. et alii (orgs). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. *Tempos Históricos*: M. C. Rondon v.03 n°01 p. 91-120 Ago/2001.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In:

- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 167-178, 1999.
- CHALOUB, J. G. de S. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- CODATO, Adriano. Instituições de governo, ideias autoritárias e políticos profissionais em São Paulo nos anos 1940. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S. l.], n. 11, p. 143–167, 2013.
- DULCI, Otavio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- FERRO, F. S. *Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)*. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- FIGUEIREDO, Vítor F. *Voto e competição política na Primeira república: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.
- Fonseca, Pedro Cezar Dutra. "A articulação nacional/regional e as origens da “Revolução de 30”." *Economia Brasileira em Perspectiva Histórica*. Brasília: Verbena, p. 27-42, 2011.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 3, p. 53-116, 1978.
- KOIFMAN, Fábio. A política externa brasileira (1930-1945). In: VANNUCHI, Marco A. e abreu, Luciano (orgs.). *A era Vargas (1930-1945)*. Porto Alegre: EdPUC, 2021.
- LACERDA, Vitor. *O udenismo e Minas Gerais: sujeitos, processos e culturas políticas (1943-1966)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Franca, 2017.
- LANNA JUNIOR, Mário Cleber Martins. 1937, O Brasil, apesar do Fascismo: a legislação do Estado Novo e a do Fascismo italiano sobre o trabalho, o contrato coletivo e o salário. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p.-15-19, 2009.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pos-1930. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Tomo 3, vol. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MONTEIRO, Norma de G. (Org.) *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: ALEMG, 1994.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ROCHA, Jordan Marcos. Manifesto dos Mineiros: uma releitura a partir de novas fontes

MOTTA, Rodrigo P. S. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. *Revista Tempo*. UFF, Niterói, 2002. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/pdf/1670/167018088007.pdf>>. Acesso em 19 de out. de 2024.

PANDOLFI, Dulce C. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. *Os grandes marcos da História política*, 2004. Disponível em:

<<https://core.ac.uk/download/pdf/335074563.pdf>>. Acesso em 19 de out. de 2024.

ROCHA, J. M. *Liberdade e Democracia em disputa: Odilon Braga e o Manifesto dos Mineiros (1937-1945)*. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

ALVES, Juliana Martins. *Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. [doi:10.11606/D.8.2002.tde-11072002-114409](https://doi.org/10.11606/D.8.2002.tde-11072002-114409). Acesso em: 2025-10-08.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY Helena M.B. COSTA, Vanda M.R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TANAGINO, Pedro Ivo. A “polaca”: exceção permanente e modernização nacional na Constituição de 1937. In: GASPARETO JÚNIOR, Antonio; PAULA, Daniel Giotti de (org.). *História Constitucional Brasileira: usos e abusos das normas*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, p.111-151, 2017.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: Siciliana/FGV, 1995.

VIANNA, Marly de A.G. As rebeliões de novembro de 1935. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, 2003. Disponível em:

<https://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes_1935.pdf>.

Acesso em 19 de out. de 2024.

VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da primeira República. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p.89-95, 1999.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. (Edição revista e ampliada) Porto Alegre: Rebouças, 2023.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.